

O Cubo de Rubik à Portuguesa

Entre as pessoas com 30 ou 40 anos, quem não se lembra do Cubo de Rubik? Um cubo com seis cores, seis faces, cada uma dividida em 3×3 partes. O objectivo é rodar o cubo em vários sentidos até conseguir ter todas as faces numa só cor. Quando se descobre o cubo pela primeira vez, um incauto começa por tentar alcançar uma face da mesma cor. A partir daí a resolução torna-se mais difícil. Quando se tenta repetir a proeza na segunda face, acaba-se por desfazer a primeira. Nesse momento, a maior parte das pessoas sente-se confundida, perdida e acaba por desistir. Para resolver o cubo é preciso ter uma estratégia de conjunto e poucas pessoas o conseguem.

Portugal contemporâneo é um difícil Cubo de Rubik. Também tem seis faces: déficit das contas públicas, desemprego, falta de competitividade, desigualdade, déficit das contas externas e a incerteza. Também o governo se concentrou apenas numa das faces do problema: o déficit das contas públicas. Também o executivo, ao fim de dois anos de governação, se sente confundido e perdido agora que, com a excepção do equilíbrio das contas externas, todos os problemas estão longe de estar resolvidos.

Neste contexto é muito provável que o governo, mais tarde ou mais cedo, deixe cair o “cubo” nas mãos do Partido Socialista. O problema é que também eles não dispõem de uma estratégia para a sua resolução. O PS vai “rodar o cubo”, mas depois do primeiro ano de governação, vai aperceber-se que estará tão perto de resolver o puzzle como agora o actual governo. Neste momento, o PS já deveria estar concentrado a desenhar uma estratégia global para estar pronto para governar desde o primeiro dia. Deveria ter dois ministros sombra, da economia e das finanças, conhecidos dos agentes económicos e parceiros sociais e que estivessem, em conjunto, a desenhar um plano que possa funcionar para o país.

Neste rotativismo em condições precárias, em que funciona a alternância mas não a alternativa, precisamos de uma estratégia para uma reforma fiscal, para a despesa pública, e para a economia, em que nem todas as medidas individualmente sirvam todos os objectivos, mas que como um todo o consigam. O que torna um conjunto de medidas numa estratégia? Uma estratégia deve ser: plurianual, multi-dimensional, racional, tem de promover regras, tem de conter mecanismos de compensação e tem de ser clara desde o início da legislatura.

Como incorporar estes princípios?

Por exemplo, numa reforma fiscal, um plano para o IRC que seja 50% no primeiro ano, 40% no segundo, 30% no terceiro e 20% daí em diante poderia simultaneamente trazer mais receitas promover o investimento hoje. Um aumento progressivo da taxa de IVA do escalão mais baixo, também em quatro anos, pode parecer extremamente regressivo, mas se as receitas forem canalizadas exclusivamente para uma redução do IRS dos escalões mais baixos, esta reforma iria ser progressiva (porque os ricos também compram óleo de cozinha) e ao mesmo tempo iria estimular o emprego. A plurianualidade é importante, pois é a melhor maneira de afectar as expectativas, eliminando parte da incerteza e criando melhores condições aos agentes económicos para tomarem as suas decisões.

Do ponto de vista da despesa é preciso uma visão racional, quer para os salários públicos quer para as pensões, as duas componentes principais da despesa pública. A questão essencial é introduzir regras simples que guiem as reformas e as decisões anuais nestas áreas. Por exemplo, introduzir uma pensão máxima como na Suíça e indexar o aumento na pensão máxima e mínima ao crescimento nominal do PIB seria um passo para racionalizar o sistema.

Quanto aos salários públicos, não existe razão económica para que estes sejam determinados pelos políticos. Trabalhadores com características semelhantes e em situações idênticas deverão receber o mesmo salário que no sector privado (eventualmente ajustado pela probabilidade de se tornar desempregado). Juntamente com os sindicatos é preciso implementar uma reforma dos salários por ocupação. Para os professores, médicos, juizes ou militares, as principais ocupações com mais difícil paralelo no sector privado, é necessário equiparar o salário a outras ocupações que tenham o mesmo nível e duração de preparação. Quando tal reorganização seja feita, indexar o aumento médio por funcionário ao crescimento do PIB nominal.

A criação de uma regra para o crescimento das pensões e dos salários médios na função pública é uma forma justa de partilhar os benefícios do crescimento económico ou os sacrifícios numa recessão. Esta regra retira aos políticos o poder discricionário que usaram perversamente nos últimos 20 anos, evitando os populismos que surgem ciclicamente por alturas de eleições. O estabelecimento e manutenção de regras claras é o melhor indicador ao sector privado que o “monstro” não voltará a crescer

desmesuradamente. Também importante é a existência de mecanismos de compensação para pensionistas ou trabalhadores do sector público com grandes perdas. Estes mecanismos podem ser baseados na atribuição de títulos do tesouro de longa maturidade.

A tudo isto é preciso juntar um plano forte para a economia, delineando os sectores de actividade prioritários e concentrando as ajudas nestes sectores. O plano poderá também incluir um aumento significativo do ordenado mínimo, caso os sectores prioritários sejam mais intensivos em capital ou em novas tecnologias. Também essencial é um combate sério contra a grande evasão fiscal e a corrupção. Por fim, pode ou não ser contemplada uma reestruturação da dívida pública.

A nossa situação é tal que a validade de uma medida depende de todas as outras medidas tomadas. Não vale a pena discutir medidas avulsas sem as podermos enquadrar numa estratégia. Uma estratégia bem definida desde o início da legislatura, com ideologia, racional, plurianual e baseada em regras, é necessária para trazer uma estabilidade essencial ao país, que aparentemente não podemos esperar da Europa. Só assim podemos recuperar a confiança que o país já perdeu há muito. Infelizmente, neste momento, quer no governo quer no Partido Socialista, existe muita táctica política, mas nenhuma estratégia para o país.

Pedro Maia Gomes

Universidad Carlos III de Madrid

Julho 2013